

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANGELA SANTOS DA FONSECA

A CULTURA INDÍGENA INSERIDA DE FORMA INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA



CURITIBA
2016

ANGELA SANTOS DA FONSECA

A CULTURA INDÍGENA INSERIDA DE FORMA INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Prof. Silma Cortes da Costa Battezzati

CURITIBA
2016

A CULTURA INDÍGENA INSERIDA DE FORMA INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA

Angela Santos da Fonseca¹ - cursista

Silma Cortes da Costa Battezzati² - orientadora

Resumo

Receamos que nossa escola tenha trabalhado timidamente a cultura indígena e que a nossa comunidade tenha esquecido a cultura desses povos vizinhos de um mesmo território, a nação brasileira. Mas esperamos que o trabalho aqui descrito, que incluiu leituras sobre o tema, conversas entre as professoras de geografia e filosofia e debates em reuniões semanais de planejamento, tenha contribuído para a inserção da cultura indígena de forma interdisciplinar na nossa escola. Cremos que todos os(as) professores(as) tenham pensado em trabalhar esse tema, que tenham abordado a rica cultura indígena nas séries iniciais. Presumimos que este trabalho, especificamente nas áreas de geografia e filosofia, tenha chegado para modificar as vivências escolares no ensino médio também. Destacamos a importância das estratégias governamentais e públicas no sentido de promover a verdadeira inclusão do indígena nas comunidades escolares para que todos tenham acesso à educação, mesmo as minorias vulneráveis.

Palavras-chave: filosofia; geografia; cultura indígena; interdisciplinaridade.

Abstract

We fear our school was approaching shyly of the subject of indigenous culture, that our community had forgotten the culture of these folk from the same region, the Brazilian nation. But we hope this article, that includes texts about the theme and conversations between geography and philosophy teachers, and weekly argumentation of planning, has been useful to the insertion of indigenous culture at school in an interdisciplinary way. We believe that all the teachers have thought about working with the subject of indigenous people. We presume that this work, specifically in the areas of geography and philosophy, came to modify the school experiences at high school too. We emphasize the importance of government and public strategies to the inclusion of indigenous in the school community for everyone to have access to education, even the vulnerable minority.

Keywords: philosophy; geography; Indian culture; interdisciplinarity.

¹ Graduada em filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel-RS). Professora na EEB Adelaide Konder. angelafilosofica@gmail.com

² Doutora em comunicação social (Processos comunicacionais e inovações tecnológicas digitais) pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Mestre em educação (Formação de professores e tecnologias educacionais digitais) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Especialização em magistério superior e licenciatura plena em pedagogia. Docente na Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Setor Litoral - Graduação e Pós-graduação presencial e a distância. silmaufpr@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde o período da colonização do Brasil, por volta de 1500, quando os europeus chegaram às terras brasileiras, o indígena tem sido considerado um ser que necessita ser educado e civilizado. Com raras oportunidades para contar a sua própria história, é lembrado nas escolas brasileiras como uma figura mitológica, folclórica. Poucos indígenas conseguem superar essa discriminação e inserir-se na sociedade, nas escolas, nas faculdades e no mercado de trabalho.

A pouca atenção dada a esse tema em muitas escolas brasileiras também é observada na Escola de Educação Básica (EEB) Adelaide Konder, localizada na periferia da cidade de Navegantes, em Santa Catarina. Daí a importância de colocá-lo em debate na tentativa de modificar esse quadro, inserindo a cultura indígena em atividades interdisciplinares.

Importa lembrar que, na história da invasão dos europeus, inicialmente espanhóis e portugueses, tentou-se modificar a cultura do indígena para que atendessem melhor às expectativas dos colonizadores. No livro *Sapiens: uma breve história da humanidade*, Yuval Noah Harari acentua:

Repetidas vezes, as pessoas estabeleceram a ordem em sua sociedade classificando a população em categorias imaginadas, como homens superiores, homens comuns e escravos; brancos e negros; patrícios e plebeus; brâmanes e sudras; ricos e pobres. Essas categorias regulamentaram as relações entre milhões de seres humanos ao tornar algumas pessoas superiores a outras em termos jurídicos, políticos ou sociais (HARARI, 2015, p. 144).

Segundo Harari, esses círculos viciosos podem continuar por séculos e até mesmo milênios; a discriminação tende a piorar com o tempo, e não a melhorar. Para o autor, educação gera educação, ignorância gera ignorância, e os que foram vítimas da história uma vez tendem a ser vitimados novamente.

Uma fonte fidedigna, especificamente no estado de Santa Catarina, é a obra de Luisa Wittmann (2007), *O vapor e o botoque*. A autora afirma que, por volta de 1850, com a chegada dos imigrantes alemães que fundaram a cidade de Blumenau, ocorreram muitos massacres sangrentos entre esses imigrantes, os homens (bugreiros) da região contratados por eles e os indígenas da tribo Xokleng. Aqui vale

uma ressalva, sendo necessário dizer que os indígenas já disputavam entre eles o território — por se tratar de uma região próxima ao rio Itajaí, atraía as populações indígenas que deflagravam conflitos por terras. Os exploradores, hoje em dia na figura de seus descendentes, lutam por territórios e querem demarcar terras indígenas, sempre numa luta desigual, na qual o indígena não é valorizado como principal herdeiro dessa terra.

As informações contidas na literatura nos mostram que muito ainda temos que caminhar para uma compreensão profunda do aspecto intercultural entre os indígenas e as outras culturas que formam este país intercontinental onde moramos. Precisamos aprender com o indígena o que há de bom e salutar e, em contrapartida, podemos ensinar o que aprendemos de científico e tecnológico — os antibióticos são um bom exemplo. Wittmann (2007) destaca que as principais causas do extermínio indígena no Vale do Itajaí não foram tão somente as inúmeras violências, mas os vírus e bactérias que atravessaram o oceano junto com os imigrantes. Além disso, os indígenas tinham muita resistência ao uso de remédios, ou não os tomavam adequadamente, o que impedia o sucesso do tratamento de doenças curáveis e tratáveis e provocava a morte de milhares deles.

Essas considerações, pouco exploradas em sala de aula, conduzem-nos à constatação de que a temática desta pesquisa precisa ser, efetivamente, objeto de contínuas reflexões e pensada de forma comunitária, ou seja, queremos proporcionar diálogo entre diferentes comunidades, trazer a cultura indígena para dentro de nossa comunidade escolar, contemplando articulação com outras disciplinas, ou até mesmo uma dinâmica interdisciplinar com outras áreas do saber, primeiramente geografia, pois possuímos uma estreita relação com a professora deste campo, que vem incentivando nossa caminhada dentro da educação. De forma bastante flexível, temos traçado planejamentos de aulas interdisciplinares, também com participação da professora de português, criando um diálogo, como uma grande teia, na qual uma disciplina vai se conectando a outra e vamos formando uma inter-relação.

INTERDISCIPLINARIDADE E CULTURA INDÍGENA

Entendemos interdisciplinaridade como “um processo e uma filosofia de trabalho [...] é um objetivo nunca completamente alcançado e por isso deve ser

permanentemente buscado. Não é apenas uma proposta teórica, mas sobretudo uma prática” (SANTOMÉ, 1998, p. 65). Concordamos com Ivani Fazenda (2011, p. 94) quando ela diz que, além da interação entre teoria e prática, é necessário “que se estabeleça um treino constante no trabalho interdisciplinar, pois interdisciplinaridade não se ensina, nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se”. Para a autora, a interdisciplinaridade exige

um engajamento pessoal de cada um. Todo indivíduo engajado nesse processo será não o aprendiz, mas, na medida em que familiarizar-se com as técnicas e quesitos básicos, o criador de novas estruturas, novos conteúdos, novos métodos, será motor de transformação ou o iniciador de uma “feliz liberação” (FAZENDA, 2011, p. 94).

Na escola EEB Adelaide Konder, durante o ano letivo de 2015, os(as) professores(as) desenvolveram projetos como o DIVERSI9, por meio do qual alunos(as) do programa Ensino Integral Inovador (EMI) puderam trabalhar de forma lúdica a diversidade (com uma grande gincana da diversidade). Portanto, continuar pensando nas comunidades indígenas de forma dissociada da nossa sociedade ou propriamente de nossa comunidade escolar é uma maneira superada de refletir, até porque estamos no século XXI e novos cenários apontam para o conhecimento compartilhado, para uma interdisciplinaridade que “exige uma nova pedagogia, a da comunicação” (FAZENDA, 2011, p. 11).

É importante seguirmos exemplos como o de Fritjof Capra, que analisa experiências positivas em escolas americanas a partir de uma visão indígena. Em sua obra *Alfabetização ecológica* (2006), ele aproveita as perspectivas de uma sociedade muito antiga, Okanagan, uma comunidade indígena do Canadá. Capra exemplifica como podemos fazer projetos sustentáveis em escolas, hortas e cantinas com produtos saudáveis, participação da comunidade no trabalho cooperativo e grande envolvimento de toda a comunidade escolar. A proposta de Capra se sustenta em quatro perspectivas — dos *idosos*, das *mães*, dos *pais* e dos *jovens* — e implica buscar, nas práticas indígenas, exemplos a serem seguidos.

Para exemplificar, num projeto de reciclagem de resíduos recicláveis, a perspectiva dos *idosos* seria analisar o que foi feito no passado, o que nos mostra a tradição. As *mães* (professores e professoras no caso de uma escola) são as pessoas que cuidam, alimentam, mantêm a segurança, enquanto os *pais* (direção da escola)

executam e administram. E os *jovens* (alunos e alunas) são inovadores, criativos, têm anseio pelo novo. Na comunidade Okanagan, antes de ser tomada qualquer decisão são vislumbradas as quatro perspectivas (*idosos, mães, pais e jovens*) e isso tem garantido a sustentabilidade da tribo no Canadá.

Podemos fazer um contraponto com o que ocorreu numa grande lavoura de soja no Brasil em 2015, quando agricultores optaram por desmatar a floresta amazônica e plantar soja transgênica, preocupando-se apenas em manter o *lobby* nas esferas políticas (temos em nosso país uma bancada ruralista poderosa em todos os poderes) para conseguir mais terra (muitas vezes território indígena), mais lucro, sem pensar na segurança (*mães*), na tradição (*idosos*).

Conforme texto extraído de uma revista, no Brasil tem também o Projeto Brincadeiras Infantis da Região Amazônica (Bira), uma iniciativa da educadora Renata Meirelles, que em 1999 viajou de férias para algumas regiões da Amazônia e ficou encantada com as belezas que viu: “Meus olhos não desgrudavam da infância de beira de rios, que saía daquelas casas altas com pernas de pau. Voltei decidida a criar um projeto que permitisse aprofundar o reconhecimento da cultura infantil da região” (MEIRELLES apud SILVA, 2007, p13).

Renata Meirelles e o documentarista David Reeks bateram pernas por dezesseis comunidades ribeirinhas e indígenas dos estados de Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre e em cada visita iam divulgando, descobrindo e trocando as brincadeiras novas que aprendiam. Esse projeto pode e deve ser inserido nos currículos escolares, pois foram transformados em filmes de curta metragem, como *Bambeia* e *Capitão menino*, que mostram imagens significantes:

O pião de madeira girando na mão de crianças na Amazônia, o jogo do bolebole no arquipélago do Bailique, no Amapá, a espingarda de taboca — usada para caçar insetos — o jogo da onça — no qual o tabuleiro é riscado diretamente com canivete sobre a madeira do piso — e o pião de tucumã. (SILVA, 2007, p. 13).

Interessante observarmos o movimento incessante da vida, pois a ideia de Renata e David hoje tomou outro formato e temos uma obra que pode ser visitada no site <http://territoriobrinca.com.br/>; portanto, sempre estamos em movimento, transformando-nos e levando outras formas de olhar para a escola.

Ao incentivarmos a reflexão acerca das diversidades no mundo atual em 2015, contribuímos para a formação de jovens com o pensamento mais amadurecido, crítico e inovador na construção de uma comunidade escolar mais igualitária, como núcleo comunitário, todos se sentindo responsáveis por todos numa grande sociedade civil. Isso implicou rever muitos conceitos e velhos paradigmas a respeito da cultura indígena, estudar e entender o que vem ocorrendo com as comunidades indígenas neste início do século XXI.

QUESTÕES DE ÍNDÍGENAS E DE BRANCOS

Muitos problemas assolam as comunidades indígenas. Alguns indígenas tentam se integrar à chamada “sociedade dos brancos” em núcleos urbanos, mas acabam vivendo como nômades, tais como os que encontramos no centro das cidades de Itajaí e Balneário Camboriú, em Santa Catarina — indígenas que, nas palavras do poeta e pajador³ Jayme Caetano Braun (2000), são “mendigos vendendo cesto”.

Encontramos no texto de Melchior et al. (2002) um problema que demanda uma proposta de pesquisa sobre a questão ambiental e a sustentabilidade:

Atualmente, as comunidades indígenas vivem em áreas que, em muitos casos, não permitem a manutenção do seu antigo modo de viver, defrontando-se com problemas pela posse da terra e de devastação do ambiente natural, que comprometem a integridade de sua organização social e de sua própria saúde (MELCHIOR et al., 2002, p. 62).

Essas são questões que afetam os indígenas Xokleng, atualmente habitantes de terras catarinenses, na região chamada de Alto Vale. Debater, conhecer e pesquisar a cultura desse povo significa estudar e compreender uma parte mais ampla da história do sul do Brasil, visto que, segundo Goulart (2000), esses indígenas teriam passado por terras onde hoje se encontram as cidades de Itajaí e Navegantes:

Pertencentes ao grupo linguístico Jê, os Xokleng possuem sua história mais remota, comum aos Kaingang. Ambos ocupavam a porção territorial do sul do Brasil. Os Xokleng eram habitantes da Serra do Mar; espalhavam-se das proximidades de Curitiba até Porto Alegre. Viviam em grupos nômades, de 50 a aproximadamente 300 indivíduos, numa estrutura cooperativista (GOULART, 2000, p. 29).

³ Aquele que faz versos de improviso, opinando sobre algo, ao som de violão solo em estilo de milonga.

Mas não é somente a história do passado que precisamos aprender. É necessário focarmos também em ações discriminatórias e criminosas que acontecem hoje em dia. Podemos citar o crime ocorrido em 30 de dezembro de 2015, quando uma criança indígena de apenas dois anos foi brutalmente assassinada na cidade de Imbituba (SC). Importante também é o relato da primeira cotista indígena a ser formada em medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Lucíola Maria Inácio Belfort:

É uma grande vitória. Apesar de todas as dificuldades, me tornei uma pessoa mais forte e espero que também um ser humano melhor. A comunidade indígena sofre preconceito, ainda somos muito discriminados, por isso digo que a vitória não é só minha, é de todos os indígenas, negros e pardos (BELFORT apud HAAS, 2015).

A partir da escuta desses relatos podemos nos aproximar dessas comunidades, utilizando as tecnologias atuais para estabelecer comunicação, diálogo com elas e com isso compreender seus conflitos e problemas, a exemplo da discriminação étnica, como a descrita por Goulart (2000, p. 170):

Como amigo, como vizinho, temos muitas pessoas brancas, negras e índias. Mas há brancos que não se habitam com a companhia de negros, nem de índios. Os brancos consideram os índios seres inferiores; então se aproveitam, tiram tudo o que lhes pertence (terra, madeira, etc.). No caso de Ibirama, o índio que entra num salão de baile, não é bem recebido, é visto como um estranho na comunidade.

Nesse exercício dialógico, abrimos a possibilidade de resgatar hábitos que podem servir de modelo para a nossa sociedade. Como exemplos, destacamos o costume indígena de falar com a criança sempre olhando no olho, numa posição de igualdade, e a prática de todos cuidarem das crianças e protegê-las, sendo seus filhos ou não. Trata-se de uma perspectiva de cuidado comunitária e colaborativa. Se não vivemos no meio de comunidades indígenas, se não procuramos conhecer seus hábitos, compreender sua cultura, como vamos criticá-los? É preciso, portanto, inserir esses elementos nos currículos escolares.

Obras como *Nosso idioma reviveu* (GAKRAN, 2000) apresentam um resgate da língua Jê, principalmente para as crianças estudantes de escolas indígenas. Esse é um conhecimento que pode ser trazido para as escolas estaduais, num exercício

constante de cumprimento da Lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que torna obrigatória a inclusão da temática afro-brasileira e indígena — conceitos que devem estar plenamente inseridos nos planejamentos de ensino em escolas públicas e particulares.

Se continuarmos o que temos feito, sem inserir a temática indígena, estaremos repetindo o que, por exemplo, aconteceu nos Estados Unidos com os negros, como aponta Daniel Borrillo (2009, p. 27):

É preciso lembrar que a lógica diferencialista, outrora utilizada a fim de privar as mulheres de seus direitos cívicos, foi igualmente invocada pela Suprema Corte dos Estados Unidos até meados dos anos 1950 para validar a inferiorização dos negros com base na diferença racial.

Ainda no que se refere à inserção de debates sobre a diversidade étnico-racial no contexto escolar, é interessante também usar a arte para falar sobre isso. Importante exemplo é o do cantor Michael Jackson, primeiro negro a aparecer na MTV americana que, com sua música e sua originalidade genial, abalou as estruturas racistas de um país com uma forte política de segregação.

Observamos grande interesse dos educandos em obras de cunho artístico e isso estimula o uso de vídeos, livros e obras de arte para inserção do tema de forma mais lúdica, utilizando as tecnologias, para que as aulas sejam mais dinâmicas e sedutoras. Segundo Tesch (1990, apud DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008), as informações podem chegar dentro dos muros escolares de diversas formas, tais como pinturas, fotografias, desenhos, filmes, videoteipes e até mesmo trilhas sonoras.

A cultura indígena tem uma grande riqueza artística, incluindo pinturas, cantos, mitos, rituais, vestimentas. Tudo isso pode ser amplamente utilizado em sala de aula, em disciplinas como arte, sociologia, filosofia, geografia e português. E podem abranger outras áreas, como biologia, fazendo uma ligação das semelhanças entre os povos indígenas do Brasil e os habitantes da região da Mongólia, explicando possíveis paralelos genéticos, em função da antiga união dos continentes; matemática, falando sobre estatísticas de mortalidade em comunidades indígenas brasileiras em 2015; física, explicando acerca da força, dando exemplos de como os indígenas executam os trabalhos. Enfim, as possibilidades de trabalhos interdisciplinares são muito fecundas.

Outras possibilidades fazem referência ao respeito de algumas tribos com a homossexualidade, o que foi interpretado erroneamente, como explica Borrillo (2009, p. 30):

No início do século, vários artigos de antropologia consagrados à moral sexual de grupos indígenas tentaram demonstrar que a tolerância à homossexualidade nas comunidades autóctones aparecia como um traço comum às culturas primitivas. A exuberância de uma sexualidade selvagem, mais animalesca do que afetiva, obcecava o espírito colonial.

Esse tipo de informação pode ser utilizado com frequência em sala de aula. Essa característica de respeito à homossexualidade pode ser usada como exemplo educador para a nossa sociedade, que apresenta grande dificuldade em discutir esse tema.

Vale lembrar que em 11 de novembro de 2015 houve uma mobilização acional indígena, inclusive do grupo pertencente à etnia Xokleng, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que altera as regras para demarcação de terras indígenas. Estudar as razões e desdobramentos desses protestos e a cultura desses grupos é outra necessidade, em atendimento à Lei 11.645/2008.

OBJETIVOS

Verificar, no plano de ensino da professora de geografia, se a temática indígena é abordada e em quais momentos ela é contemplada, além da prática de atividades que consideram a importância da interdisciplinaridade para projetos que contemplem a diversidade cultural indígena.

Conhecer a cultura indígena para respeitar as diferenças, valorizar esses povos, nossos vizinhos quase desconhecidos e esquecidos por nossa sociedade.

Reconhecer o que podemos inserir em nossas vivências para respeitar a diversidade da cultura indígena.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2015 na EEB Adelaide Konder, em Navegantes (SC), que atendeu, nesse ano, mais de mil alunos(as), com um quadro de 60 professores(as). A escola está localizada no bairro Machados, periferia da cidade, bem próxima da balsa que liga Navegantes a Itajaí e da BR-470, que faz ligação com os municípios de Penha e Piçarras, dentre outros.

A pesquisa foi documental, devido à necessidade de leituras dos documentos oficiais da escola para conhecer melhor o problema da não aplicação da Lei 11.645/2008, analisar o que já possuímos de conhecimentos sobre o tema a ser pesquisado e também para reconhecer a necessidade de levarmos para a sala de aula as inovações que surgem nas pesquisas acadêmicas.

Com a professora de geografia da unidade escolar foi analisado o documento *Planejamento 2015*. Os dados foram coletados diretamente do documento oficial da escola, que é público, mas mesmo assim tivemos autorização por escrito para a análise. Houve muitas conversas acerca do que precisamos modificar nos planejamentos dos anos posteriores.

Por meio de pesquisa bibliográfica, analisamos os grupos indígenas da região Sul do Brasil, principalmente do norte de Santa Catarina, a fim de identificar aspectos importantes do objeto de estudo em determinado grupo social (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008), pois a intenção foi justamente estreitar os conhecimentos anteriores com a realidade atual.

Considerando a abordagem do problema — a falta de inserção da temática indígena na EEB Adelaide Konder e a não aplicação da Lei 11.645/2008 — a pesquisa foi qualitativa. Nas ciências humanas podemos trabalhar esse tema com mais facilidade, pensar em estratégias para intervenções em sala de aula, de forma interdisciplinar, e utilizar as tecnologias digitais para planejamentos.

No decorrer de 2015 realizamos duas atividades interdisciplinares, fruto de ideias baseadas em leituras sobre o tema indígena, de conversas entre as professoras de geografia e de filosofia e de reuniões semanais de planejamento, nas quais os(as) professores(as) do Ensino Médio Inovador (EMI) e do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (Emiep) se reuniram para planejar os projetos interdisciplinares. Essas aulas ocorreram no Curso Técnico de Segurança no Trabalho, com alunos(as) do segundo ano, uma delas utilizando o *Google Maps* para

analisar os territórios e geografias indígenas, bem como a forma do trabalho que esses homens e mulheres desenvolvem, verificar se há ligação entre o meio ambiente e a cultura, debater e refletir sobre a sustentabilidade desses povos e suas culturas.

Essa ação se constituiu num exercício de mútuo influenciar e ser influenciado, como numa comunidade, na qual a integração e o auxílio mútuos são necessários. Partimos do princípio de que todos somos diferentes e temos necessidades distintas. Conhecer é a chave para ajudar, como partes integrantes de uma sociedade civil. Isolados, os indígenas ficam enfraquecidos; juntos, somos mais fortes. Crescemos como nação quando conseguimos valorizar e respeitar as diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nossa escola, costumamos realizar duas reuniões semanais. Nesses encontros, planejamos as aulas interdisciplinares, campo e eventos culturais, com a finalidade de promover o conhecimento de forma inovadora.

Na EEB Adelaide Konder temos um curso técnico de segurança no trabalho e, justamente por isso, muitas ações são voltadas para as ementas desse curso e suas respectivas disciplinas. Interessa-nos aqui narrar uma atividade interdisciplinar envolvendo as disciplinas de filosofia e geografia, com as professoras das respectivas disciplinas.

Com a professora da disciplina de geografia, planejamos e utilizamos o *Google Maps* com um computador conectado em uma tela digital. Conseguimos visualizar o relevo e a geografia de áreas indígenas, associando esses dados ao estilo de vida e à economia indígena. Em seguida pedimos aos alunos e alunas que elaborassem uma história em quadrinhos, contando algum aspecto acerca do trabalho indígena, utilizando a arte unida a uma atividade prazerosa.

Conversando em nossas reuniões de planejamento, decidimos por muitas possibilidades de aulas, mas é um fato incontestável que a temática indígena não aparece da forma como gostaríamos, mais efetiva e de forma gradual, processual.

Percebemos certa resistência de professores mais tradicionais, que utilizam os livros didáticos para realizarem as aulas e os respectivos planejamentos. Se essa prática persistir, os temas transversais dificilmente aparecerão nas aulas.

O documento por nós analisado se refere a um plano de ensino anual da disciplina de geografia fundamental voltado aos anos finais (6º e 7º anos) e ao ensino médio técnico em segurança do trabalho.

No 7º ano, no item Formação do Povo Brasileiro, o indígena não aparece entre as etnias mencionadas. No 2º ano do curso técnico em segurança no trabalho, o tema aparece no terceiro bimestre, no item Etnia e Modernidade No Brasil, com o título *A questão étnica no Brasil: os índios e os negros*. Analisando os dados desse documento, pudemos avaliar o quanto podemos melhorar a nossa visão de inclusão das diversidades em sala de aula.

Segundo a obra *Sapiens: uma breve história da humanidade*, de Yuval Noah Harari (2015), muitas vezes não temos ciência do quanto somos nocivos e exterminamos algumas espécies com hábitos e atitudes que poderíamos evitar, até mesmo analisando de forma arqueológica a nossa evolução. Como o próprio autor diz, “temos a honra duvidosa de ser a espécie mais mortífera nos anais da biologia” (HARARI, 2015, p. 84), e podemos estar fazendo isso com os indígenas, por puro desconhecimento e falta de empatia para com esses povos tão diferentes e que merecem nosso respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos uma lacuna imensa entre o que está no planejamento da disciplina de geografia da EEB Adelaide Konder e o que deveria ser planejado para colocarmos em prática a Lei 11.645/08. A existência da lei evidencia que há discriminação nas escolas, pois, se houvesse respeito às diversidades racial e étnica não haveria a necessidade de uma lei para obrigar as escolas a inserir nos currículos escolares a cultura indígena.

Conquistas como a Lei 11.645/2008 são resultado de muita luta dos movimentos sociais, de ações comunitárias e de um grande incentivo do governo federal para implementação das políticas públicas. Perder esses direitos e retroceder

historicamente é uma possibilidade se não incentivarmos a democracia e desenvolvermos a cidadania. Liberdade, igualdade e fraternidade são fundamentais para a garantia dos direitos conquistados.

Precisamos continuar crescendo como sociedade civil, propiciando nas escolas o conhecimento das riquezas indígenas, colocando-as no mesmo patamar de outras culturas estudadas amplamente nas nossas escolas.

Para realizarmos os planejamentos dos projetos interdisciplinares é importante analisar os indicadores de qualidade na educação, como nos ensina o material editado pela Ação Educativa (2013), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC). Esse material nos orienta a empreender ações que melhorem a qualidade da educação. Reuniões semanais possibilitam o início de planejamentos que considerem esses indicadores e promovam a inclusão social e o respeito à liberdade

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UFPR, à orientadora Silma Cortes da Costa Battezzati e à tutora Silmara Souza Lima. À Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, pela realização do Curso de Formação Continuada, principalmente a Helena Alpini Rosa, pela exposição acerca da temática indígena. E em especial às minhas filhas Livia e Luiza, assim como às minhas amigas Izabel e Vânia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA, UNICEF, PNUD, INEP-MEC (coord.). **Indicadores da qualidade na educação**. 4. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009. p. 15-46.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

BRAUN, Jayme Caetano. **Poesias gaúchas: êxitos 2**. Porto Alegre: Mega Tchê Discos, 2000. 1 CD.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2015.

CAPRA, Fritjof et al. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 01-13, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GAKRAN, Nanblá; BUJBLITZ, Terezinha. **Ãg VeTe Kágglel Mii: nosso idioma reviveu**. Pomerode: Imprensa Mayer Ltda, 1997.

GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger et al. Vale dos índios, Vale dos imigrantes. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000.

HAAS, Gabriela. 'Vitória', diz primeira cotista indígena a se formar em medicina na UFRGS. **G1 Globo**, 18 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/vitoria-diz-primeira-cotista-indigena-se-formar-em-medicina-na-ufrgs.html>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2015.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

MELCHIOR, Stela Candioto et al. Avaliação da mortalidade de grupos indígenas do norte do Paraná - 1990 a 1999. **Informe Epidemiológico do SUS**, Brasília, v. 11, n. 2, jun. 2002.

SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos – Dossiê Arqueologia Pré-Histórica**, Criciúma, n. 11, p. 6-24, 2013.

SILVA, Paulo da Costa e. Brincando na floresta. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p.13-13, abr. 2007.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.